



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL - DPF
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO AMAZONAS**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2010**

**Manaus/AM
MARÇO/2011**



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL - DPF
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO AMAZONAS**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2010**

Relatório de Gestão do exercício de 2010, apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas ordinária anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, da Decisão Normativa TCU nº 107/2010 e da Portaria TCU nº 277/2010 e das orientações do órgão de controle interno (Portaria CGU-PR nº 2546/2010).

**Manaus/AM
MARÇO/2011**

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

ACIN - Autos de constatação e notificação de infração

BDI - Boletins de Distribuição Judicial

BDJ - Boletins de Decisão Judicial – BDJ

CGU – Controladoria-Geral da União

DELESP – Delegacia de Controle de Segurança Privada

DLOG – Diretoria de Administração e Logística Policial

DN – Decisão Normativa

DPF – Departamento de Polícia Federal

DPF/TBT/AM – Delegacia de Polícia Federal em Tabatinga/AM

IN – Instrução Normativa

IPL – Inquérito Policial

LOA – Lei Orçamentária Anual

PAC – Programa de Aceleração do Crescimento

PEC – Plano Especial de Cargo

PF – Polícia Federal

PIB – Produto Interno Bruto

PIC - Prontuários de Identificação Criminal

PORT – Portaria

PPA – Plano Plurianual

SR – Superintendência Regional

REF – Registro Eletrônico de Frequência

RG – Relatório de Gestão

SIASG – Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais

SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal

SIAPE – Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos

SIGPLAN – Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento

SINARM – Sistema Nacional de Armas

SINIC - Sistema Nacional de Identificação Criminal

SINPRO – Sistema Nacional de Procedimentos

SISCART – Sistema Cartorário

SR/DPF/AM – Superintendência Regional da Polícia Federal no Amazonas

TCO – Termo Circunstanciado de Ocorrência

TCU – Tribunal de Contas da União

UG – Unidade Gestora

UO – Unidade Orçamentária

NEOF – Núcleo de Execução Orçamentário e Financeiro

SRH – Setor de Recursos Humanos

SPU – Secretaria do Patrimônio da União

SELOG – Setor de Logística Policial

LISTA DE TABELAS, GRÁFICOS, DECLARAÇÕES E INFORMAÇÕES ANEXAS

<i>I - Declaração referente ao item 7 da parte A do anexo II da DN TCU nº 107/2010</i>	<i>42</i>
<i>II - Informação referente ao item 8 da parte A do anexo II da DN TCU nº 107/2010</i>	<i>42</i>
<i>III - Informação referente ao item 13 da parte A do anexo II da DN TCU nº 107/2010.....</i>	<i>44</i>
<i>IV - Outras informações consideradas relevantes pela unidade para demonstrar a conformidade e o desempenho da gestão no exercício referente ao item 17 da parte A do anexo II da DN TCU nº 107/2010.....</i>	<i>45</i>
<i>V - Informações Contábeis da Gestão referente ao item 1 da parte b do anexo II da DN TCU nº 107/2010.....</i>	<i>45</i>
<i>VI - Parecer da auditoria independente sobre as demonstrações contábeis, quando a legislação dispuser a respeito referente ao item 5 da parte b do anexo II da DN TCU nº 107/2010.....</i>	<i>45</i>
<i>Não se aplica a esta UJ, porém tal item consta neste relatório, em consonância com a Portaria TCU número 277/2010.....</i>	<i>45</i>
<i>VII - Demonstrativo analítico das despesas com ações de publicidade e propaganda, detalhado por publicidade institucional, legal, mercadológica, de utilidade pública e patrocínios, relacionando dotações orçamentárias dos Programas de Trabalho utilizados, valores e vigências dos contratos firmados com agências prestadoras de serviços de publicidade e propaganda, e os valores e respectivos beneficiários de patrocínios culturais e esportivos referente ao item 4 da parte c do anexo II da DN TCU nº 107/2010.....</i>	<i>45</i>
<i>Não se aplica a esta UJ, porém tal item consta neste relatório, em consonância com a Portaria TCU número 277/2010.....</i>	<i>46</i>
<i>VIII - Informações sobre as contratações de consultores na modalidade “produto” no âmbito dos projetos de cooperação técnica com organismos internacionais, no formato definido na portaria prevista no art. 4º, § 3º da DN TCU nº 107/2010 referente ao item 16 da parte c do anexo II da DN TCU nº 107/2010</i>	<i>46</i>
<i>Não se aplica a esta UJ, porém tal item consta neste relatório, em consonância com a Portaria TCU número 277/2010.....</i>	<i>46</i>
<i>IX - Avaliação sobre o andamento dos projetos e programas financiados com recursos externos, referente ao item 31 da parte c do anexo II da DN TCU nº 107/2010.....</i>	<i>46</i>
<i>Não se aplica a esta UJ, porém tal item consta neste relatório, em consonância com a Portaria TCU número 277/2010.....</i>	<i>46</i>
<i>X - Relação dos Programas e Ações de responsabilidade da unidade referente ao Quadro II.C.2 da parte c do anexo II da DN TCU nº 107/2010</i>	<i>46</i>

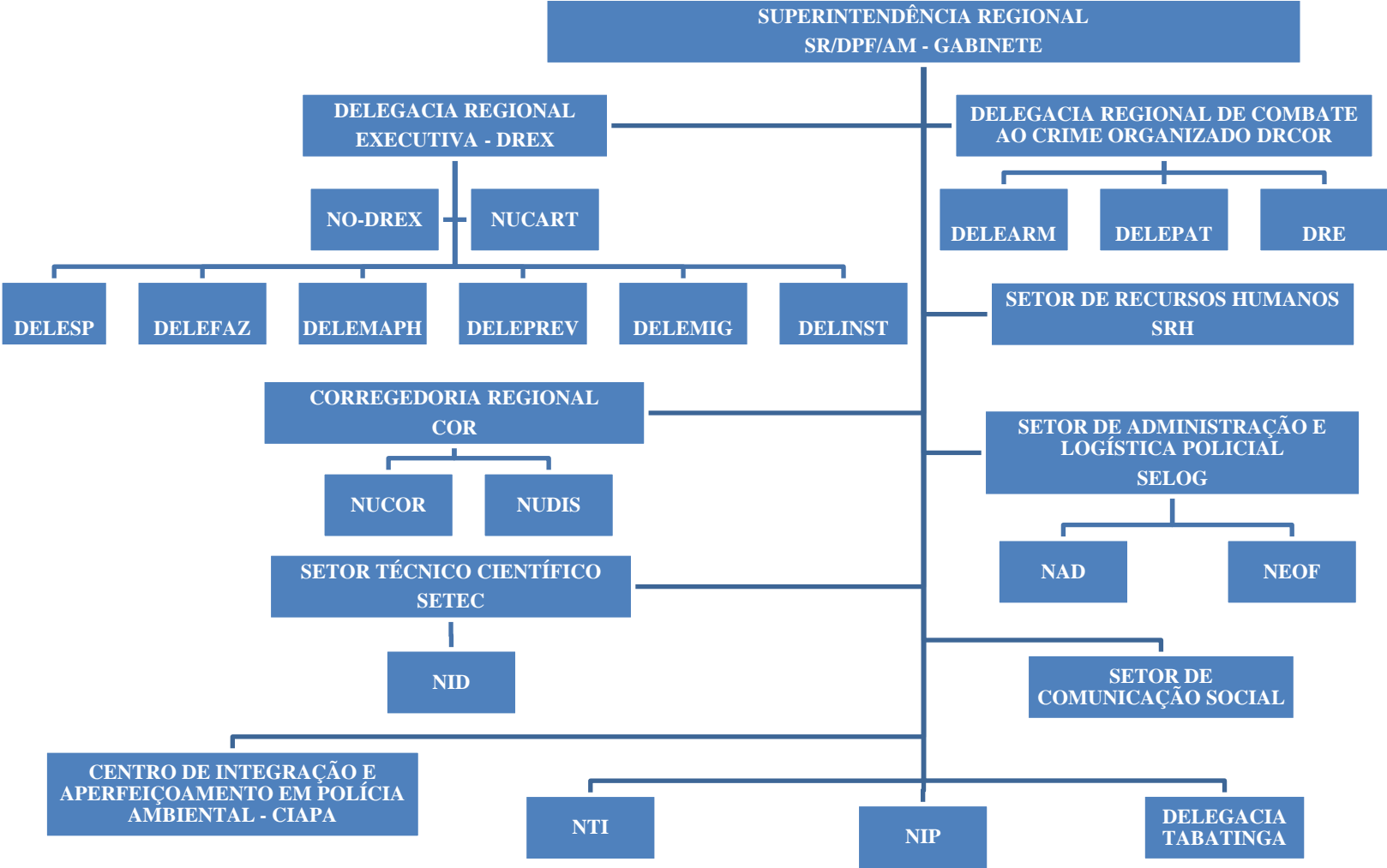
<i>Não se aplica a esta UJ, porém tal item consta neste relatório, em consonância com a Portaria TCU número 277/2010.</i>	46
<i>XI - Relação dos Programas de Governo ou dos fundos executados que não estão de responsabilidade da unidade referente ao Quadro II.C.3 da parte c do anexo II da DN TCU nº 107/2010</i>	46
<i>Não se aplica a esta UJ, porém tal item consta neste relatório, em consonância com a Portaria TCU número 277/2010.</i>	46
<i>XII - Demonstrativo do quantitativo de terceirizados irregulares na Administração Direta, Autárquica ou Fundacional (Acórdão TCU n.º 1.520/2006-Plenário) referente ao Quadro II.C.4 da parte c do anexo II da DN TCU nº 107/2010</i>	46
<i>Não se aplica, por não haver terceirizados irregulares nesta UJ, porém tal item consta neste relatório, em consonância com a Portaria TCU número 277/2010.</i>	46
<i>XIII - Providências adotadas para substituição dos servidores terceirizados irregulares por servidores concursados (Acórdão TCU n.º 1.520/2006-Plenário) referente ao Quadro II.C.5 da parte c do anexo II da DN TCU nº 107/2010</i>	46
<i>Não se aplica, por não haver terceirizados irregulares nesta UJ, porém tal item consta neste relatório, em consonância com a Portaria TCU número 277/2010.</i>	46

SUMÁRIO

ORGANOGRAMA FUNCIONAL.....	11
INTRODUÇÃO	14
A- CONTEÚDO GERAL	16
1. IDENTIFICAÇÃO DE RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL.....	16
QUADRO A.1 - IDENTIFICAÇÃO DAS UJ NO RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL..	16
2. PLANEJAMENTO E GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA.....	16
2.1) Responsabilidades institucionais.....	16
2.1.1) Competência institucional.....	16
2.1.2) Objetivos estratégicos	18
2.2) Estratégias de atuação frente às responsabilidades institucionais.....	18
2.2.1) Análise do andamento do plano estratégico da unidade ou do órgão em que a unidade esteja inserida	18
2.2.2) Análise do plano de ação referente ao exercício a que se referir o relatório de gestão	20
2.3) Programas de Governo sob a responsabilidade da unidade	20
2.3.1) Execução dos programas de Governo sob a responsabilidade da UJ.....	20
Quadro A.2.1 - Demonstrativo da Execução por Programa de Governo	20
Quadro A.2.1 - Demonstrativo da Execução por Programa de Governo	21
Análise Crítica da programação orçamentária por programa de governo	22
2.4) Desempenho Orçamentário/Financeiro	22
2.4.1.4) Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa.....	22
Análise Crítica das concessões e recebimento de créditos orçamentários por movimentação interna e externa.....	22
2.4.2) Execução Orçamentária da Despesa	23
2.4.2.2) Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação	23
2.4.2.2.1) Despesas por Modalidade de Contratação dos Créditos Recebidos por Movimentação	23
Quadro A.2.11 - Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos recebidos por movimentação	23
2.4.2.2.2) Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação.....	26
Quadro A.2.12 - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação	26
2.4.2.2.3) Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação.....	26
Quadro A.2.13 - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação	26
Análise Crítica da gestão da Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação	28
2.4.3) Indicadores Institucionais.....	28
3. RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS	29
4. SITUAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	29
4.1) Pagamentos e cancelamentos de restos a pagar de exercícios anteriores.....	29
Quadro A.4.1 – Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores	29
4.2) Análise Crítica	29
5. RECURSOS HUMANOS.....	30

5.1) Composição do Quadro de Servidores Ativos	30
Quadro A.5.1 - Composição do Quadro de Recursos Humanos - Situação apurada em 31/12/2010	30
Quadro A.5.2 - Composição do Quadro de Recursos Humanos por faixa etária - Situação apurada em 31/12/2010	30
Quadro A.5.3 - Composição do Quadro de Recursos Humanos por nível de escolaridade - Situação apurada em 31/12/2010	30
5.2) Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas.....	31
Quadro A.5.4 - Composição do Quadro de Servidores Inativos - Situação apurada em 31/12/2010	31
Quadro A.5.5 - Composição do Quadro de Instituidores de Pensão - Situação apurada em 31/12/2010	31
5.3) Composição do Quadro de Estagiários	31
Quadro A.5.6 - Composição do Quadro de Estagiários	31
5.4) Quadro de custos de Recursos Humanos	32
Quadro A.5.7 - Quadro de custos de recursos humanos nos exercícios de 2008, 2009 e 2010.	32
5.5) Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra.....	32
Quadro A.5.8 - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva.....	32
Quadro A.5.9 - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra	33
Quadro A.5.10 - Distribuição do pessoal contratado mediante contrato de prestação de serviço com locação de mão de obra	33
5.6) Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos	34
6. TRANSFERÊNCIAS	35
7. SISTEMA DE CONTROLE INTERNO	35
7.1) Estrutura de controles internos da UJ	35
Quadro A.9.1 - Estrutura de controles internos da UJ	35
8. SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL.....	37
8.1) Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis	37
Quadro A.10.1 - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis	37
9. GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO.....	38
9.1) Gestão de Bens Imóveis de Uso Especial.....	38
Quadro A.11.1 - Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União.....	38
Quadro A.11.2 - Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros	39
Quadro A.11.3 - Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ	39
9.2) Análise Crítica sobre a gestão de imobilizados sob sua responsabilidade	40
10. GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	40
10.1) Gestão de Tecnologia da Informação (TI)	40
Quadro A.12.1 - Gestão de TI da UJ.....	40
12. DELIBERAÇÕES EXARADAS EM ACÓRDÃOS DO TCU OU EM RELATÓRIOS DE AUDITORIA DO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO	41
RESULTADOS E CONCLUSÕES	41
ANEXOS.....	42
1. DECLARAÇÃO DO CONTADOR RESPONSÁVEL	45
DECLARAÇÃO PLENA DO CONTADOR	45

ORGANOGRAMA FUNCIONAL



A Superintendência Regional de Polícia Federal no Estado do Amazonas está estruturada em cinco (05) Unidades Operacionais, composta pela Sede da Superintendência, uma Delegacia de Polícia Federal em Tabatinga, três (03) Postos Avançados em São Gabriel da Cachoeira, Tefé e Santo Antônio do Iça (Base Garatéia).

Compõe a estrutura da Superintendência Regional, o **Gabinete** composto por **quatro (04) Setores** (Setor de Comunicação Social, Setor de Recursos Humanos, Setor Técnico-Científico e Setor de Administração e Logística Policial) e **quatro (05) Núcleos** (Núcleo de Tecnologia da Informação, Núcleo de Inteligência Policial, Núcleo de Execução Orçamentária e Financeira, Núcleo Administrativo e Núcleo de Identificação), a **Delegacia Regional Executiva**, composta por nove (06) Delegacias Especializadas e dois (02) Núcleos (Delegacia de Controle de Segurança Privada, Delegacia de Defesa Institucional, Delegacia de Polícia de Imigração, Delegacia de Repressão a Crimes Fazendários, Delegacia de Repressão a Crimes Previdenciários, Delegacia de Repressão a Crimes Contra o Meio Ambiente e Patrimônio Histórico, Núcleo Operacional, Núcleo de Cartório; a **Delegacia Regional de Combate ao Crime Organizado**, composta por três (03) especializadas quais sejam, Delegacia de Repressão a Crimes Contra o Patrimônio, Delegacia de Repressão a Entorpecentes, Delegacia de Repressão ao Tráfico Ilícito de Armas; a **Corregedoria Regional de Polícia**, composta pelos Núcleos de Correições e Disciplina; e por fim a **Delegacia de Polícia Federal em Tabatinga**.

A área de atuação da SR/DPF/AM não engloba todos os municípios do Estado do Amazonas, que são 62 municípios.

A Portaria 2099/2011, de 15/02/2011, publicada no BS 33, de 16/02/2011, que define a circunscrição de atuação das unidades do DPF, descreve que a SR/DPF/AM abrange **46 municípios** (Alvarães, Anamá, Anori, Apuí, Autazes, Barcelos, Barreirinha, Beruri, Boa Vista do Ramos, Borba, Caapiranga, Canutama, Careiro, Careiro da Várzea, Coari, Codajás, Envira, Fonte Boa, Iranduba, Itacoatiara, Itapiranga, Japurá, Juruá, Jutáí, Manacapuru, Manaquiri, Manaus, Manicoré, Maraã, Maués, Nhamundá, Nova Olinda do Norte, Novo Airão, Novo Aripuanã, Parintins, Presidente Figueiredo, Rio Preto da Eva, Santa Isabel do Rio Negro, São Gabriel da Cachoeira, São Sebastião do Uatumã, Silves, Tapauá, Tefé, Uarini, Urucará e Urucurituba).

Estão excluídos os municípios: Boca do Acre/AM, Pauini/AM, Eirunepé/AM, Feijó/AM, Guajará/AM, Ipixuna/AM, Itamarati/AM, Humaitá/AM e Lábrea/AM.

A Delegacia de Polícia Federal em Tabatinga/AM – DPF/TBA/AM, abrange **08 municípios** (Amaturá/AM, Atalaia do Norte/AM, Benjamin Constant/AM, Carauari/AM, Santo Antônio do Içá/AM, São Paulo de Olivença/AM, Tabatinga/AM e Tonantis/AM).

Em consonância com o arcabouço legal, que define as atribuições da Polícia Federal, podemos concluir que o papel desta Unidade é contribuir com o cumprimento da missão da Instituição, sendo responsável pela execução das ações da PF na circunscrição supra descrita, tanto na atuação como Polícia Judiciária da União, como na atuação como Polícia Administrativa. Suas atribuições estão assim definidas:

- Planejar, dirigir, supervisionar, coordenar, orientar, fiscalizar e avaliar a execução das atividades, ações e operações correlatas à atuação da Polícia Federal no âmbito do Estado do Amazonas;

- Administrar a Delegacia de Polícia Federal localizada no Município de Tabatinga/AM (DPF/TBT/AM), em consonância com as normas legais vigentes e com as diretrizes emanadas das Unidades Centrais;
- Propor diretrizes específicas de prevenção e repressão aos crimes de atribuição do Órgão, no âmbito do Estado do Amazonas, subsidiando o planejamento operacional das Unidades Centrais;
- Executar operações policiais relacionadas à repressão uniforme dos crimes de atribuição da PF, no âmbito do Estado do Amazonas;
- Promover estudos e dispor de dados sobre as ações empreendidas, bem como consolidar relatórios de avaliação de suas atividades, no âmbito do Estado do Amazonas;
- Adotar ações de controle e zelar pelo uso e manutenção adequada dos bens imóveis, equipamentos, viaturas, armamento e outros materiais sob guarda da SR/DPF/AM e da DPF/TBT/AM.

INTRODUÇÃO

O presente relatório tem por objetivo apresentar a análise do desempenho institucional e da gestão orçamentária e financeira da Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado do Amazonas no ano de 2010, de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, da Decisão Normativa TCU nº 107/2010 e da Portaria TCU nº TCU 277/2010.

O conteúdo geral deste Relatório está estruturado de forma seqüencial segundo os itens relacionados no Anexo II, DN TCU nº 107/2010, ou seja, informações gerais de identificação, gestão orçamentária, recursos humanos, informações sobre restos a pagar, determinações e recomendações dos órgãos de controle interno e externo e declaração referente ao registro de contratos no sistema SIASG.

A Declaração referente ao item 7 da parte A do anexo II da DN TCU nº 107/2010, as Informações referentes aos itens 8, 13 e 17 da parte A do anexo II da DN TCU nº 107/2010, os itens 1 e 5 da parte B, os itens 4 e 31 da parte C e os Quadros II.C.2, II.C.3, II.C.4 e II.C.5 constam no Anexo do presente Relatório de Gestão, visando seguir a numeração da Portaria TCU nº 277/2010. Os itens 14 da parte A, 2 a 5 da parte B, 1 a, 17 a 30 a 36 da parte C, quadros II.C.1 e II.C.6 e Parte D do anexo II da DN TCU nº 107/2010 não se aplicam à natureza jurídica da UJ.

Os itens 2.3.2, 2.4.1.1, 2.4.1.2 e 2.4.1.3 não se aplicam a esta UJ, pois a mesma não é UO e não tem UGO agregada ou consolidada. Os itens 2.4.2.1.1, 2.4.2.1.2 e 2.4.2.1.3 não se aplicam a esta UJ, pois não ocorreram despesas de crédito originária da UJ. Os recursos foram recebidos por movimentação. O item 3 não se aplica a esta UJ, pois não houve reconhecimento de passivos. Os itens 6.1 e 6.2 não se aplicam a esta UJ, pois não ocorreram transferências de recursos para a UJ, bem como, não há instrumento de transferência que vigorar em 2011 e, por consequência, não há prestação de contas sobre transferências. O item 12 não se aplica a esta UJ, pois não houve deliberação do TCU, nem recomendações do OCI a respeito desta UJ, portanto não há pendências.

A Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado do Amazonas, enfrenta enormes desafios para cumprir seus objetivos constitucionais. É a maior área extensa das 27 unidades federativas com uma área de 1.570.745,680 km², se fosse um país, seria o 18º maior do mundo em área territorial. Sua bacia hidrográfica é igualmente uma das maiores do mundo, característica que dificulta a logística em comparação ao resto do Brasil, conferindo isolamento da região pela escassez de estradas. A principal via de integração da capital com o interior são os rios, ponto chave para o sucesso do órgão em alcançar toda a sociedade no estado.

As **principais realizações** da gestão no exercício foram:

- Conclusão da obra de reforma do edifício sede da SR/DPF/AM, sem qualquer irregularidade, e com instalação de novo sistema elétrico que resultará em maior economia;
- Instalação de novo sistema informatizado de comunicação, controle e movimentação de procedimentos policiais e administrativos (SIGEPOL);
- Centralização das diligências no interior do Estado na DREX, que resultou em maior aproveitamento dos recursos humanos e materiais, assim como maior número de diligências concluídas;
- Conclusão do processo de especialização das delegacias;
- Conclusão do complexo processo de licitação da nova Base Anzol (base policial flutuante);
- Atendimento das metas da COGER/DPF, com índices superiores aos exigidos, em especial no tocante a relação de Inquéritos Policiais instaurados e relatados;

- Redução de gastos com contratos de terceirizados e energia elétrica;
- Expressivo aumento no número de processos administrativos atendidos na DELESP e DELEMIG, mesmo sem aumento de recursos humanos nos respectivos setores, o que resultou em maior eficiência na prestação dos serviços e aumento na arrecadação para o FUNAPOL;
- Primeira UJ a iniciar a Operação Sentinela no DPF, ainda em curso;
- Organização parcial do depósito de bens apreendidos e do depósito de drogas, com início da reforma deste.

As **principais dificuldades** para realização dos objetivos da UJ foram:

- Seguidos cortes no orçamento da unidade;
- Demora no repasse dos recursos previstos;
- Ausência de pessoal capacitado para desenvolver processos licitatórios mais complexos, assim como para gestão de contratos;
- Dificuldades logísticas da região amazônica;
- Ausência de embarcações adequadas e aeronaves para o transporte de pessoal e material, bem como para operações/diligências no interior do Estado do Amazonas;
- Aumento significativo de demandas externas (JF, JE, MPF, demais órgãos federais e eleições presidenciais);
- Imposição de inúmeras e seguidas metas pelas Diretorias e Corregedoria Geral do DPF, as quais são sobrepostas às metas e projetos da UJ;
- Excessivos recrutamentos de servidores desta UJ para missões em outras unidades, em especial nos órgãos centrais;
- Morte de dois policiais federais e outro ferido, decorrente de operação policial, fato que, não obstante a significativa perda de colegas de trabalho (2 mortos, 3 afastados por licença médica), desencadeou operação policial de grande vulto que mobilizou toda a UJ (recursos humanos e materiais) ao longo de mais de 50 dias, prejudicando sobremaneira as outras atividades policiais e de gestão.

Os **planos e projetos** para o exercício seguinte são:

- Aprimoramento do parque náutico da UJ, em especial com a reforma das embarcações disponíveis e a aquisição de novos barcos;
- Conclusão da construção da nova Base Anzol;
- Priorização das operações de inteligência represadas;
- Manutenção do cumprimento das metas da COGER/DPF;
- Manutenção e aprimoramento da Operação Sentinela;
- Otimização dos gastos com energia elétrica e combustível;
- Obtenção de recursos para continuidade do plano diretor de obras da SR/DPF/AM e demais unidades da PF no AM;
- Estabelecimento de Manaus/AM como base de aeronave do DPF para atendimento da região Norte;
- Conclusão de nova unidade de inteligência policial na DPF/TBA/AM
- Conclusão da reforma do depósito de drogas;
- Conclusão da organização do depósito de bens apreendidos e a estruturação da cadeia de custódia de provas;
- Estudo e planejamento para instalação do sistema digital de inquéritos policiais e outros procedimentos, para implantação na SR/AM em 2012.

A- CONTEÚDO GERAL

1. IDENTIFICAÇÃO DE RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL

QUADRO A.1 - IDENTIFICAÇÃO DAS UJ NO RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL

Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério da Justiça			Código SIORG: 316
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa: Superintendência Regional de Polícia Federal no Estado do Amazonas			
Denominação abreviada: Polícia Federal no Amazonas			
Código SIORG: 1140	Código LOA: Não se aplica		Código SIAFI: 200382
Situação: ativa			
Natureza Jurídica: Órgão Público			
Principal Atividade: Segurança e Ordem Pública			Código CNAE: 8424-8/00
Telefones/Fax de contato:	(092) 3655-1515	(092) 3655-1517	(092) 3655-1505
E-mail: gab.sram@dpf.gov.br			
Página na Internet: http://www.dpf.gov.br			
Endereço Postal: Av. Domingos Jorge Velho, 40 – Bairro Dom Pedro II – Planalto, Manaus /AM – CEP 69042-470			
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
<i>Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada</i>			
- Art. 144 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.			
SR/DPF/AM:			
- Decreto 56.510, de 28/06/65, DOU 138, de 22/07/65 cria a Delegacia Regional “C” no Amazonas;			
- Portaria 527/64, BS. 245, de 24/12/64			
- Decreto nº 70.665 de 02.06.1972 - Transforma a Delegacia Regional no Amazonas em Superintendência.			
FUNAPOL: - Lei Complementar 89, de 18.02.1997.			
<i>Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada</i>			
- Decreto nº 6.061, de 15.03.2007.			
- Portaria nº 3.961/MJ, de 24.11.2009, que aprova o Regimento Interno.			
- Instrução Normativa nº 13/DG-DPF, de 15.06.2005.			
<i>Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada</i>			
<i>Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada</i>			
Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
<i>Código SIAFI</i>	<i>Nome</i>		
200382/200383	SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO DPF NO AMAZONAS		
Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
<i>Código SIAFI</i>	<i>Nome</i>		
00001	TESOURO/FUNAPOL		
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões			
<i>Código SIAFI da Unidade Gestora</i>		<i>Código SIAFI da Gestão</i>	
200382/200383		00001	

2. PLANEJAMENTO E GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

2.1) Responsabilidades institucionais

2.1.1) Competência institucional

As Normas de atuação estão baseadas nas atribuições da Polícia Federal que estão definidas no art. 144 da Constituição Federal, a saber:

§ 1º A Polícia Federal, instituída por lei como órgão permanente, organizado e mantida pela União e estruturado em carreira, destina-se a:

I - apurar infrações penais contra a ordem política e social ou em detrimento de bens, serviços e interesses da União ou de suas entidades autárquicas e empresas públicas, assim como outras infrações cuja prática tenha repercussão interestadual ou internacional e exija repressão uniforme, segundo se dispuser em lei;

II - prevenir e reprimir o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o contrabando e o descaminho, sem prejuízo da ação fazendária e de outros órgãos públicos nas respectivas áreas de competência;

III - exercer as funções de polícia marítima, aérea e de fronteiras;

III - exercer as funções de polícia marítima, aeroportuária e de fronteiras;

IV - exercer, com exclusividade, as funções de polícia judiciária da União.

Além da Constituição Federal as seguintes normas, entre outras, também norteiam a atuação da Instituição:

- Lei Complementar nº 089/1997 (Institui o FUNAPOL);
- Lei nº 2.889/1956 (crime de genocídio);
- Lei nº 4.483/1964 (reorganizou o DFSP);
- Lei nº 5.010/1966 (organiza a Justiça Federal)
- Lei nº 6.001/1973 (Estatuto do Índio);
- Lei nº 6.815/1980 e Decreto nº 86.715/1981(Estrangeiros);
- Lei nº 7.102/1983 (Segurança Privada);
- Lei nº 7.170/1983 (Crimes contra a Segurança Nacional, a Ordem Política e Social);
- Lei nº 7.492/86 (Crimes contra o sistema financeiro nacional);
- Lei nº 9.017/1995 (Segurança Privada);
- Lei nº 9.807/1999 (Proteção a Testemunhas);
- Lei nº 10.357/2001 (Produtos Químicos);
- Lei nº 10.446/2002 (Crimes de repercussão interestadual);
- Lei nº 10.683/2003 (Organização da Presidência da República);
- Lei nº 10.826/2003 (SINARM);
- Decreto-Lei nº 6.378/1944 (Transformou a Polícia Civil do DF em DFSP);

- Decreto-Lei nº 9.353/1946 (novas atribuições do DFSP);
- Decreto nº 1.983/1996 (Passaporte);
- Decreto nº 6.061/2007 (Estrutura Regimental do MJ);
- Portaria MJ nº 1.825, de 13 de outubro de 2006. (Regimento Interno DPF);
- Instrução Normativa nº 013/2005-DG/DPF (competências das unidades do DPF e atribuições de seus dirigentes).

Conforme a legislação acima referenciada, é possível sistematizar e classificar as diversas atribuições do Departamento de Polícia Federal em dois ramos ou gêneros finalísticos distintos: Polícia Judiciária e Polícia Administrativa.

2.1.2) Objetivos estratégicos

No ano de 2010 foram eleitos de forma ampla pela Direção-Geral os seguintes objetivos estratégicos da instituição:

- Melhoria da Gestão;
- Combate à Corrupção;
- Combate ao Narcotráfico;
- Combate aos crimes contra o Meio-Ambiente;
- Inserção Internacional;
- Combate aos Crimes Cibernéticos.

Ademais, vale dizer, que toda a atuação da instituição se foca no atendimento da MISSÃO da instituição que é “Manter a lei e a ordem para a preservação da segurança pública, no estado democrático de direito, cumprindo as atribuições constitucionais e infraconstitucionais, mediante estratégias, no exercício das funções de polícia administrativa e judiciária.”

Isso para atingir a sua VISÃO DE FUTURO que é “Tornar a Polícia Federal uma referência mundial em segurança pública para, no cumprimento de suas atribuições, garantir a manutenção da lei e da ordem interna e externa, em cooperação com os estados soberanos, como valores fundamentais da dignidade humana.”

2.2) Estratégias de atuação frente às responsabilidades institucionais

2.2.1) Análise do andamento do plano estratégico da unidade ou do órgão em que a unidade esteja inserida

Tendo como norte as diretrizes da Direção-Geral, bem com a missão e visão de futuro da instituição a Superintendência Regional no Amazonas atuou mais notadamente nas áreas de repressão ao tráfico de drogas, crimes contra o meio ambiente e controle de imigração, áreas naturalmente mais demandadas nesta região.

Não obstante, inúmeras medidas administrativas foram adotadas buscando o melhor aproveitamento dos recursos humanos e materiais disponíveis. Dentre elas citamos a continuidade das medidas de especialização dos servidores e dos procedimentos pelas delegacias especializadas. Nesse contexto, os servidores policiais foram distribuídos de forma proporcional à demanda de trabalho para todas as delegacias especializadas e direcionadas para cada uma delas os procedimentos afetos a área de especialização. Tal medida envolveu a redistribuição de muitos procedimentos e realocação de pessoal, o que causou transtornos iniciais, mas que já tem resultado em aumento do número de procedimentos relatados e na deflagração de operações a partir da união de vários casos conexos e/ou similares que antes se encontravam distribuídos em setores e autoridades policiais diversos. Passamos a investigar de forma concentrada e ao mesmo tempo mantendo uma visão macro das quadrilhas pela espécie de crime praticado, evitando ainda a duplicidade de procedimentos para o mesmo fato.

Cumprе ressaltar que as redistribuições também foram demandadas pela saída de vários servidores, removidos para outras unidades ou afastados por longo período, sem que houvesse a respectiva reposição.

Para o efetivo combate à corrupção e visando reprimir as organizações criminosas em sua base financeira estruturou-se, de fato, o Grupo de Repressão a Crimes Financeiros – GRFIN/DRCOR/SR/DPF/AM, que hoje concentra a quase totalidade dos procedimentos relativos a crimes financeiros e lavagem de dinheiro, cujos integrantes já foram ou estão sendo capacitados para este fim.

No tocante as **tomadas de decisões** desta regional, estas foram balizadas nas metas já mencionadas e visando suplantar as seguintes dificuldades:

- Complexidade logística da região amazônica (alto custo, grandes distâncias, ausência de mão de obra especializada em algumas áreas; transporte terrestre limitado, transporte fluvial e aéreo limitado);
- Limitação dos recursos humanos (SR/DPF/AM possui um dos mais baixos índices de lotação dentre as unidades da PF, de acordo com os critérios estabelecidos pelo próprio órgão);
- Instalações físicas precárias (durante praticamente todo o exercício de 2010, a SR/DPF/AM passou por obras em sua sede, ocasião em que todo o efetivo foi alojado em menos da metade do prédio e convivendo com obras);
- Excessivo número de procedimentos criminais (IPL, LRE, CP, PAD, Sindicâncias e outros) em tramitação;
- Excessiva demanda de atividades de polícia ostensiva (reintegração de posse, retomada de prédios públicos invadidos, escoltas de presos, segurança de dignitários, questões indígenas) o que prejudica a atividade de polícia judiciária;
- Contingenciamento e insuficiência de recursos para pagamento de diárias durante a maior parte do ano de 2010;

- Ausência de empresas regulares e/ou interessadas em contratar com a administração pública no interior do Estado, o que implica na necessidade de aumentar os gastos com suprimento de fundos nas missões para o interior;
- Ausência de postos bancários em grande parte do interior do Estado do Amazonas, o que demanda a autorização de saque do suprimento de fundo;

2.2.2) Análise do plano de ação referente ao exercício a que se referir o relatório de gestão

Mesmo diante de severas limitações de ordem financeira e das peculiaridades que esta região apresenta esta UJ tem cumprido, da melhor forma possível, as ações planejadas, principalmente no tocante ao combate ao tráfico ilícito de entorpecentes, controle imigratório e de crime contra a administração pública.

2.3) Programas de Governo sob a responsabilidade da unidade

2.3.1) Execução dos programas de Governo sob a responsabilidade da UJ

Quadro A.2.1 - Demonstrativo da Execução por Programa de Governo

Identificação do Programa de Governo						
Código no PPA: 0662		Denominação: Prevenção e Repressão a Criminalidade				
Tipo do Programa: Finalístico						
Objetivo Geral: Modernizar, fortalecer e integrar as instituições de Segurança pública e Justiça						
Objetivos Específicos: Reduzir a criminalidade, intensificando o combate as organizações criminosas e aos crimes sob a competência da União.						
Gerente: não há indicação de gerente			Responsável: SERGIO LÚCIO MAR DOS SANTOS FONTES			
Público Alvo: a sociedade						
Informações orçamentárias e financeiras do Programa					Em R\$ 1,00	
PROVISÃO RECEBIDA		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
2.159.066,45	2.159.066,45	2.159.066,45	2.058.066,70	100.999,75	2.058.066,70	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Taxa de inquéritos relatados	31/12/09	100	141,83		41,83
Fórmula de Cálculo do Índice						
Número de inquéritos relatados em 2010, dividido pelo número de inquéritos relatados em 2009.						
Análise do Resultado Alcançado						
A utilização racional dos recursos, disponíveis, bem como a nomeação e posse de novos policiais federais, foram fatores que culminaram no aumento do índice de inquéritos policiais relatado, que são os instrumentos que melhor refletem a atuação da Polícia Federal.						
Fonte: SIAFI e NUCART/SR/DPF/AM.						

Quadro A.2.1 - Demonstrativo da Execução por Programa de Governo

Identificação do Programa de Governo						
Código no PPA: 750		Denominação: APOIO ADMINISTRATIVO				
Tipo do Programa: FINALISTICO						
Objetivo Geral: PROVER OS ÓRGÃOS DA UNIÃO DOS MEIOS PARA IMPLEMENTAÇÃO E GESTÃO DE SEUS PROGRAMAS FINALISTICOS						
Objetivos Específicos: MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE APOIO AO PROGRAMA FINALISTICO.						
Gerente: não há indicação de gerente				Responsável: SERGIO LÚCIO MAR DOS SANTOS FONTES		
Público Alvo: a sociedade						
Informações orçamentárias e financeiras do Programa						Em R\$ 1,00
PROVISÃO RECEBIDA		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
8.210.304,68	8.210.304,68	8.210.304,68	8.210.304,68	887.138,43	7.243.875,91	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	MANUTENÇÃO DAS UNIDADES DA UJ	31/12/2010	100	90	100	90
Fórmula de Cálculo do Índice						
AÇÕES REALIZADAS NO EXERCÍCIO DIVIDIDO POR AÇÕES PROGRAMADAS PARA O EXERCÍCIO						
Análise do Resultado Alcançado						
O CONTINGENCIAMENTO DE RECURSOS IMPOSSIBILITOU A IMPLEMENTAÇÃO TOTAL DAS METAS ESTABELECIDAS.						

Fonte: SIAFI.

Quadro A.2.1 - Demonstrativo da Execução por Programa de Governo

Identificação do Programa de Governo						
Código no PPA 1353		Denominação MODERNIZAÇÃO DA POLICIA FEDERAL				
Tipo do Programa: Finalístico						
Objetivo Geral: Modernizar, fortalecer e integrar as instituições de Segurança pública e Justiça						
Objetivos Específicos: IMPLANTAÇÃO DO CENTRO ESPECIALIZADO DE POLICIA MARITIMA -CEPOM.						
Gerente: não há indicação de gerente				Responsável: SERGIO LÚCIO MAR DOS SANTOS FONTES		
Público Alvo: a sociedade						
Informações orçamentárias e financeiras do Programa						Em R\$ 1,00
PROVISÃO RECEBIDA		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
1.765.457,00	1.765.457,00	1.765.457,00	-	1.765.457,00	-	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	IMPLANTAÇÃO EM ANDAMENTO	31.12.2010	100	-	100	-
Fórmula de Cálculo do Índice						
Texto ...						
Análise do Resultado Alcançado						
Texto						

Análise Crítica da programação orçamentária por programa de governo

- Contingenciamento no exercício

O contingenciamento no exercício prejudicou sobremaneira, não só a programação, mas também a execução dos programas de governo. Outro fator relevante é a carência de servidores especializados, bem como esta UJ localizar-se geograficamente longe das grandes capitais, dificultando a logística para o devido apoio a atividade policial.

2.4) Desempenho Orçamentário/Financeiro

2.4.1.4) Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

Quadro A.2.7 - Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

Valores em R\$
1,00

Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas Correntes		
				1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Movimentação Interna	Concedidos	-	-	-	-	-
	Recebidos	200019	06122075020000001			8.093.078,60
		200019	06125066226790001			161.403,21
		200019	06122075020000001			6.553,66
		200019	06128066245720001			1.790,00
		200019	06181066227260001			1.831.121,06
		200019	06183066227200001			37.698,77
		200019	06125066226900001			120.499,75
		200019	06122075020000001			11.879,08
200019	09272008901800001			3.895,15		
Movimentação Externa	Concedidos					
	Recebidos					
Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas de Capital		
				4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Movimentação Interna	Concedidos					
	Recebidos	200019	061220750200001	1.870.804,00		
Movimentação Externa	Concedidos					
	Recebidos					

Obs: .Fonte SIAFI

Análise Crítica das concessões e recebimento de créditos orçamentários por movimentação interna e externa

Os recursos recebidos foram insuficientes para atender a demanda da UJ, o contingenciamento do orçamento prejudicou muitas das ações previstas o exercício de 2010, em razão da ritmo da execução.

- justificativas das concessões e recebimentos ocorridos no exercício da gestão

Recursos recebidos para administração da Unidade, auxílio funeral, aquisição de mobiliário e

construção de barco operacional

2.4.2) Execução Orçamentária da Despesa

2.4.2.2) Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação

2.4.2.2.1) Despesas por Modalidade de Contratação dos Créditos Recebidos por Movimentação

Quadro A.2.11 - Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos recebidos por movimentação

Valores em R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2009	2010	2009	2010
Licitação				
Convite				
Tomada de Preços UG 200382	515.508,44	275.523,91	515.508,44	275.523,91
Concorrência UG 200383	2.472.644,95	-	154.314,71	-
UG 200382	-	1.765.457,00	-	-
Pregão UG 200382	4.329.157,30	4.818.942,85	4.329.157,30	4.818.942,85
UG 200383	-	107.671,06	-	107.671,06
Concurso	-	-	-	-
Consulta				
Contratações Diretas				
Dispensa	1.337.703,16	1.432.862,69	1.337.703,16	1.432.862,69
Inexigibilidade	106.695,96	67.032,90	106.695,96	67.032,90
Regime de Execução Especial				
Suprimento de Fundos	377.154,50	224.285,95	377.154,50	224.285,95
Pagamento de Pessoal				
Pagamento em Folha				
Diárias UG 200382	181.977,90	283.977,13	181.977,13	283.977,13
UG 200383	1.451.870,42	1.685.524,22	1.451.870,42	1.685.524,22
Outras				

Fonte:NEOF.

2.4.2.2.2) Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação

Quadro A.2.12 - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação

Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
1 – Despesas de Pessoal								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
2 – Juros e Encargos da Dívida								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
3- Outras Despesas Correntes								
14-Diarias - UG 200382	181.977,90	283.977,13	181.977,90	283.977,13	-	-	181.977,90	283.977,13
UG 200383	1.451.870,42	1.685.524,22	1.451.870,42	1.685.524,22	-	-	1.451.870,42	1.685.524,22
30 – Mat. Consumo UG 200382	827.864,70	1.234.874,29	827.864,70	1.106.709,91	101.633,23	128.164,38	827.864,70	1.106.709,91
UG 20383	218.745,31	122.174,75	218.745,31	122.174,75	-	-	218.745,31	122.174,75
37- Locação-mão-de-obra-UG 200382	3.545.406,83	3.627.831,31	3.545.406,83	3.627.831,31	332.491,75	123.888,12	3.212.915,08	3.503.943,19
Demais elementos do grupo								
33-passagens-UG 200382	563.131,43	490.055,64	563.131,43	490.055,60	37.143,88	63.087,39	525.987,55	426.968,21
36 Pessoa Física-UG 200382	62.880,40	86.856,60	62.880,40	86.856,60	5.031,70	2.500,00	57.848,70	84.356,60
39- pessoa jurídica-UG 200382	2.021.121,61	2.346.781,47	1.729.412,14	2.096.781,47	291.709,47	401.526,97	1.729.412,14	1.945.254,50

Fonte: NEOF

Observação: O pagamento da folha é realizado pelo Órgão Central . Os valores referentes à folha de pagamento desta Superintendência UG 200382, constarão no Relatório de Gestão do DPF

2.4.2.2.3) Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação

Quadro A.2.13 - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação

Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010

4 - Investimentos								
51 – Obras e Instalações	2.472.644,95	1.765.457,00	154.314,71		2.318.830,24	1.765.457,00	187.276,84	-
52 – Equip.e Mat.P.UG 200382	44.489,55	105.347,00	28.740,12	105.347,00	15.749,43	-	28.740,12	105.347,00
UG 200383		120.499,75	-	20.500,00		99.999,75	-	20.500,00
Demais elementos do grupo								
5 - Inversões Financeiras								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
6 - Amortização da Dívida								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								

Fonte:NEOF

Análise Crítica da gestão da Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação

Alterações significativas ocorridas no exercício

No exercício de 2010, houve aumento significativo no pagamento das diárias, o que resultou em grandes dificuldades orçamentárias. Após um trabalho de forte racionalização das missões com deslocamento da sede e com a promoção de economia de gastos em outras despesas, como telefonia e energia elétrica, foi possível equilibrar o orçamento até o final do ano.

- Contingenciamento no exercício

Note-se que as despesas com terceirização, destinadas a vigilância, limpeza e conservação bem como outras terceirizações tiveram diminuição de gastos, devido à racionalização de tais serviços, com redução do quantitativo de contratados, seguindo a orientação dos órgãos da Administração Central do Departamento de Polícia Federal. Contudo, cabe ressaltar que o corte nos gastos, resultado da dispensa de terceirizados, trouxe prejuízo ao desenvolvimento dos trabalhos da UJ. Cita-se, como exemplo, a ausência de piloto de embarcação nos Postos Avançados, todos situados em localidade que margeiam os rios Negro e Solimões, sendo estes as principais vias de acesso e de transporte de pessoas e mercadorias. A navegação na região demanda pilotos com vasta experiência em navegação na região, não podendo ser suprida, na maioria das missões, por servidores do órgão habilitados a navegar, mas sem a larga experiência na região.

Devido à crise financeira, houve contingenciamento de recursos, provocando muitos atrasos nos repasses financeiros e colocando esta Administração em situação desagradável frente a fornecedores e prestadores de serviços. Esta situação foi parcialmente contornada devido ao trabalho contínuo da SR/DPF/AM no sentido de racionalizar os gastos.

- Eventos negativos/positivos que prejudicaram/facilitaram a execução orçamentária

Devido ao contingenciamento de recursos, fez-se necessários vários pedidos de alteração de QDD, para adequação de Despesas visando atender as necessidades da SR/AM, no que sempre fomos atendidos pela COF/DPF.

- Outras questões relevantes

Seguindo orientação dos órgãos centrais e tendo envidado grande esforço na redução de seus gastos, através de corte em pessoal e despesas correntes, mesmo prejudicando nossas atividades e metas, esta UJ sentiu-se prejudicada quando da definição do orçamento para o exercício atual, pois este fora calculado com base nos gastos do exercício anterior, e sobre ele aplicados novos cortes. Fosse esta UJ menos austera, gozaria de mais recursos para o presente exercício, restando claro incentivo a ganância para justificar aumento do orçamento.

Não há dúvida que a redução do orçamento previsto para o exercício de 2011 trará prejuízos às atividades desta UJ.

2.4.3) Indicadores Institucionais

- Indicadores Institucionais desenvolvidos pela UJ

Não foram desenvolvidos indicadores institucionais pela UJ. Tais indicadores, para padronização e melhor aferição dos resultados alcançados, deverão ser concebidos pelo Órgão Central.

3. RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS

4. SITUAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

4.1) Pagamentos e cancelamentos de restos a pagar de exercícios anteriores

Quadro A.4.1 – Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores <i>Valores em R\$ 1,00</i>				
<i>Restos a Pagar Processados</i>				
<i>Ano de Inscrição</i>	<i>Montante Inscrito</i>	<i>Cancelamentos acumulados</i>	<i>Pagamentos acumulados</i>	<i>Saldo a Pagar em 31/12/2010</i>
2009	57.486,71	21.919,02		57.486,71
2008	132.727,28		-	4.660,54
...				
<i>Restos a Pagar não Processados</i>				
<i>Ano de Inscrição</i>	<i>Montante Inscrito</i>	<i>Cancelamentos acumulados</i>	<i>Pagamentos acumulados</i>	<i>Saldo a Pagar em 31/12/2010</i>
2009	2.430.812,28	-	2.901.980,67	786.538,74
2008	1.456.988,53	586.898,57	813.002,41	351.852,50
...				
<i>Observações:</i>				

Fonte:NEOF

4.2) Análise Crítica

- A evolução da estratégia de pagamento dos RP adotada pela UJ

A UJ solicitou recurso junto a COF/DPF para pagamento de RP, a medida que ia sendo liberado o pagamento era efetuado.

- Os impactos porventura existentes na gestão financeira da UJ no exercício de referência, decorrentes do pagamento de RP de exercícios anteriores

Houve impacto na gestão financeira, pois cada pagamento de RP refletia na cota liberada para o exercício vigente

As razões e/ou circunstâncias existentes para a permanência de RP Processados e Não Processados há mais de um exercício financeiro

A falta de recursos é o que tem gerado uma permanência alongada de RP Processados e não Processados por mais de um exercício financeiro, que estão sendo pagos gradativamente, medida estão sendo tomadas para anulação de RP não processados há mais de um exercício financeiro.

- A existência de registro no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI de valores referentes a restos a pagar de exercícios anteriores a 2009 sem que sua vigência tenha sido prorrogada por Decreto

Foram cancelados os RP de Ex. Anteriores que não foram autorizadas a devida prorrogação.

- Os eventos negativos ou positivos que prejudicaram ou facilitaram a gestão de RP

A falta de recursos prejudicaram o pagamento de RP, permanecendo saldo alongado de RP de exercícios anteriores.

5. RECURSOS HUMANOS

5.1) Composição do Quadro de Servidores Ativos

Quadro A.5.1 - Composição do Quadro de Recursos Humanos - Situação apurada em 31/12/2010

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos em 2010	Egressos em 2010
	Autorizada	Efetiva		
1 Provimento de cargo efetivo	326	290	55	3
1.1 Membros de poder e agentes políticos				
1.2 Servidores de Carreira	326	290	55	3
1.2.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão	326	263	55	3
1.2.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado				
1.2.3 Servidor de carreira em exercício provisório				
1.2.4 Servidor requisitado de outros órgãos e esferas				
1.3 Servidores com Contratos Temporários				
1.4 Servidores Cedidos ou em Licença	5	5	9	58
1.4.1 Cedidos	3	3		1
1.4.2 Removidos			9	56
1.4.3 Licença remunerada				
1.4.4 Licença não remunerada	2	2		1
2 Provimento de cargo em comissão	27	26		
2.1 Cargos Natureza Especial				
2.2 Grupo Direção e Assessoramento superior	4	4		
2.2.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão	4	4		
2.2.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado				
2.2.3 Servidor de outros órgãos e esferas				
2.2.4 Sem vínculo				
2.2.5 Aposentado				
2.3 Funções gratificadas	23	22		
2.3.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão	23	22		
2.3.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado				
2.3.3 Servidor de outros órgãos e esferas				
3 Total	326	290	64	59

Fonte: SRH/SR/DPF/AM

Quadro A.5.2 - Composição do Quadro de Recursos Humanos por faixa etária - Situação apurada em 31/12/2010

Tipologias do Cargo	Faixa Etária (anos)				
	Até 30	De 31 a 40	De 41 a 50	De 51 a 60	Acima de 60
1. Provimento de cargo efetivo	60	134	61	29	6
1.1. Membros de poder e agentes políticos					
1.2. Servidores de Carreira	60	130	60	29	6
1.3. Servidores com Contratos Temporários					
1.4. Servidores Cedidos ou em Licença		4	1		
2. Provimento de cargo em comissão	4	17	4	1	
2.1. Cargos de Natureza Especial					
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior		3	1		
2.3. Funções gratificadas	4	14	3	1	

Fonte: SRH/SR/DPF/AM

Quadro A.5.3 - Composição do Quadro de Recursos Humanos por nível de escolaridade - Situação apurada em 31/12/2010

Tipologias do Cargo	Nível de Escolaridade
---------------------	-----------------------

	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provimento de cargo efetivo		2	5	5	62	216			
1.1. Membros de poder e agentes políticos									
1.2. Servidores de Carreira		2	5	5	62	211			
1.3. Servidores com Contratos Temporários									
1.4. Servidores Cedidos ou em Licença						5			
2. Provimento de cargo em comissão					1	25			
2.1. Cargos de Natureza Especial									
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior						4			
2.3. Funções gratificadas					1	21			

LEGENDA

Nível de Escolaridade

1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 - Mestrado; 9 - Doutorado; 10 - Não Classificada.

Fonte: SRH/SR/DPF/AM

5.2) Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas

Quadro A.5.4 - Composição do Quadro de Servidores Inativos - Situação apurada em 31/12/2010

Regime de proventos / Regime de aposentadoria	Quantitativo de Servidores	Aposentadorias em 2010
1 Integral	35	2
1.1 Voluntária	30	
1.2 Compulsório		
1.3 Invalidez Permanente	5	
1.4 Outras		
2 Proporcional	1	
2.1 Voluntária		
2.2 Compulsório		
2.3 Invalidez Permanente	1	
2.4 Outras		

Fonte: SRH/SR/DPF/AM

Quadro A.5.5 - Composição do Quadro de Instituidores de Pensão - Situação apurada em 31/12/2010

Regime de proventos originário do servidor	Quantitativo de Beneficiários	Pensões concedidas em 2010
1. Integral	36	3
2. Proporcional		

Fonte: SRH/SR/DPF/AM

5.3) Composição do Quadro de Estagiários

Quadro A.5.6 - Composição do Quadro de Estagiários

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Custo do exercício (Valores em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
Nível superior	9	10	9	9	65.508,00
<input type="checkbox"/> Área Fim	7	8	7	7	64.216,00
<input type="checkbox"/> Área Meio	2	2	2	2	1.292,00

Nível Médio	13	17	16	16	70.357,00
<input type="checkbox"/> Área Fim	12	16	15	15	65.365,00
<input type="checkbox"/> Área Meio	1	1	1	1	4.992,00

Fonte: SRH/SR/DPF/AM

5.4) Quadro de custos de Recursos Humanos

Quadro A.5.7 - Quadro de custos de recursos humanos nos exercícios de 2008, 2009 e 2010.

Valores em R\$ 1,00

Tipologias / Exercícios	Vencimentos e vantagens fixas	Despesas Variáveis						Total
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e previdenciários	Demais despesas variáveis	
Membros de poder e agentes políticos								
2008								
2009								
2010								
Servidores de Carreira que não ocupam cargo de provimento em comissão								
2008	34.032.572,61		1.782.382,16	43.621,91	540.490,55	4.951.751,29		38.984.323,90
2009	35.981513,75		1.056.794,51	135.559,16	516.382,67	5.344.207,22		41.325.720,97
2010	37.559.893,39		1.186.915,60	136.207,16	1.094.014,19	5.417.162,59		42.977.055,98
Servidores com Contratos Temporários								
2008								
2009								
2010								
Servidores Cedidos com ônus ou em Licença								
2008								
2009								
2010								
Servidores ocupantes de Cargos de Natureza Especial								
2008								
2009								
2010								
Servidores ocupantes de cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior								
2008		71.903,88						
2009		75.243,61						
2010		72.306,28						
Servidores ocupantes de Funções gratificadas								
2008		70.767,45						
2009		75.871,06						
2010		74.137,60						

Fonte: SRH/SR/DPF/AM

5.5) Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra

Quadro A.5.8 - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva

Unidade Contratante						
Nome: SUPERINTENDENCIA REGIONAL DE POLICIA FEDERAL NO AMAZONAS						
UG/Gestão: 200073				CNPJ: 00.394.494/0021-80		
Informações sobre os contratos						
Área	Nat.	Identificaçã	Empresa	Período	Nível de Escolaridade exigido	Sit.

Ano do contrato			o do Contrato	Contratada (CNPJ)	contratual de execução das atividades contratadas		dos trabalhadores contratados							
					Início	Fim	F		M		S			
							P	C	P	C	P	C		
2007	L	O	Nº 11/2007	63.675.268/001-43	01/08/07	31/12/11	38	38						
2008	V	O	Nº 12/2008	63.724.470/001-18	01/09/08	31/12/11			34	34				

Observação:

LEGENDA

Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Fonte:SELOG/SR/DPF/AM

Quadro A.5.9 - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra

Unidade Contratante													
Nome:													
UG/Gestão:							CNPJ:						
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2007	1	O	Nº 16/2007	63.675.268/0001-43	12/12/07	31/12/11			5	5			P
2007	1	O	Nº 17/2007	63.675.268/0001-43	12/12/07	31/12/11			7	7			P
2008	1	O	Nº11/2008	05.417.288/001-18	07/08/08	31/12/11	6	6	22	22			P
2007	1	O	Nº 08/2007	05.417.288/001-18	02/05/07	31/12/11			6	6			P
2007	1	O	Nº 02/2007	03.543.374/0001-41	03/03/07	31/12/11			9	9			P

Observação:

LEGENDA

Área:

1. Apoio Administrativo Técnico e Operacional;
2. Manutenção e Conservação de Bens Imóveis
3. Serviços de Copa e Cozinha;
4. Manutenção e conservação de Bens Móveis;
5. Serviços de Brigada de Incêndio;
6. Apoio Administrativo – Menores Aprendizes;
7. Outras.

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Fonte: Gestão de Contratos - SELOG/SR/DPF/AM

Quadro A.5.10 - Distribuição do pessoal contratado mediante contrato de prestação de serviço com locação de mão de obra

Identificação do Contrato	Área	Qtd.	Unidade Administrativa
---------------------------	------	------	------------------------

Nº 11/2007	7	38	SUPERINTENDENCIA REGIONAL DE POLICIA FEDERAL NO AMAZONAS
Nº 12/2008	8	34	SUPERINTENDENCIA REGIONAL DE POLICIA FEDERAL NO AMAZONAS
Nº 16/2007	1	5	SUPERINTENDENCIA REGIONAL DE POLICIA FEDERAL NO AMAZONAS
Nº 17/2007	1	7	SUPERINTENDENCIA REGIONAL DE POLICIA FEDERAL NO AMAZONAS
Nº 11/2008	1	28	SUPERINTENDENCIA REGIONAL DE POLICIA FEDERAL NO AMAZONAS
Nº 08/2007	1	6	SUPERINTENDENCIA REGIONAL DE POLICIA FEDERAL NO AMAZONAS
Nº 02/2007	1	9	SUPERINTENDENCIA REGIONAL DE POLICIA FEDERAL NO AMAZONAS

LEGENDA

Área:

- | | |
|--|---|
| 1. Apoio Administrativo Técnico e Operacional; | 5. Serviços de Brigada de Incêndio; |
| 2. Manutenção e Conservação de Bens Imóveis; | 6. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes; |
| 3. Serviços de Copa e Cozinha; | 7. Higiene e Limpeza; |
| 4. Manutenção e conservação de Bens Móveis; | 8. Vigilância Ostensiva; |
| | 9. Outras. |

Fonte: Gestão de Contratos - SELOG/SR/DPF/AM

5.6) Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos

- Absenteísmo

O índice de absenteísmo apurado no exercício de 2010 em relação a afastamentos por motivo de saúde foi de 4,91%.

- Acidentes de Trabalho e Doenças Ocupacionais

Não registramos processos de acidente de trabalho homologados no exercício.

- Rotatividade (turnover)

A diferença entre o número de remoções expedidas e recebidas foi irrelevante, condição que não proporcionou aumento significativo do efetivo.

- Educação Continuada

Não há programas de educação continuada nesta Unidade. Todas as ações de capacitação são coordenadas pela ANP e pela comissão de capacitação da DGP/DPF.

- Satisfação e Motivação

Não há indicadores de satisfação e ou motivação nesta Unidade.

- Disciplina

1) Pareceres confeccionados: 108 (cento e oito)

2) Processos Administrativos Disciplinares:

2.1) Instaurados: 12

2.2) Relatados: 19

2.3) Decididos: 9

3) Sindicâncias Acusatórias:

3.1) Instauradas: 0

- 3.2) Relatadas: 1
- 3.3) Decididas: 0

- 4) Sindicâncias Investigativas:
 - 4.1) Instauradas: 49
 - 4.2) Relatadas: 24
 - 4.3) Decididas: 21

- 5) Sindicâncias Patrimoniais:
 - 5.1) Instaurados: 0
 - 5.2) Relatados: 0
 - 5.3) Decididos: 0

- 6) Investigações Prévias:
 - 6.1) Instauradas: 6
 - 6.2) Relatadas: 6
 - 6.3) Decididas: 3

- 7) Processos Especiais:
 - 7.1) Instaurados: 3
 - 7.2) Relatados: 3
 - 7.3) Decididos: 0

- Desempenho funcional

Os resultados medidos por esta UJ, em especial sobre atendimento ao público, procedimentos administrativos, tais como controle de imigração e expedição de passaporte, controle de segurança privada, controle de produtos químicos, SINARM, bem como o percentual de IPLs relatados, CP e diligências cumpridas, executados com o mesmo número de servidores efetivos e com menor número de contratados, demonstra melhora/aperfeiçoamento do desempenho funcional.

- Níveis Salariais

Simple comparação dos salários pagos aos servidores do DPF, com cargos equivalentes nos demais poderes (Legislativo, Judiciário e MPF), demonstram a grande defasagem dos valores pagos aos servidores do órgão, que tem ocasionado a fuga de bons profissionais para outros empregos. Em se tratando de gratificações por funções de chefia a situação é ainda pior, sendo o DPF, e esta UJ por consequência, uma das instituições que menos remunera seus dirigentes e ocupantes de funções.

- Demandas Trabalhistas

Não houve demandas trabalhistas nesta Superintendência no ano de 2010.

6. TRANSFERÊNCIAS

7. SISTEMA DE CONTROLE INTERNO

7.1) Estrutura de controles internos da UJ

Quadro A.9.1 - Estrutura de controles internos da UJ

<i>Aspectos do sistema de controle interno</i>	<i>Avaliação</i>				
<i>Ambiente de Controle</i>	<i>1</i>	<i>2</i>	<i>3</i>	<i>4</i>	<i>5</i>

1. Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.				X	
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				X	
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				X	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.				X	
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				X	
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.				X	
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.				X	
8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.				X	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.				X	
Avaliação de Risco	1	2	3	4	5
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.				X	
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.		X			
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.		X			
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.				X	
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.		X			
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.				X	
16. Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.		X			
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.		X			
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.				X	
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.				X	
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle.				X	
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.					X
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				X	
25. A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				X	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				X	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.				X	X
Monitoramento	1	2	3	4	5

28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.		X			
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.			X		
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.				X	
Considerações gerais:					
LEGENDA					
Níveis de Avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.					
(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.					
(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.					
(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.					
(5) Totalmente válido. Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

8. SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

8.1) Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Quadro A.10.1 - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas.			X		
Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?	Houve compra de canecas para reduzir o consumo de copos descartáveis. O projeto de construção da Base Anzol- Flutuante, buscou diminuir impactos ambientais. Reforma do prédio, com substituição do sistema elétrico.				
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.			X		
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).				X	
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços.			X		
Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?	Não avaliado.				
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas).			X		
Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia?	Redução no consumo.				
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado).					X
Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?	Papel e canecas				

7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos.			X		
Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório?	Carros novos e motores bicompostíveis				
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga).			X		
Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?	Não avaliado.				
9. Para a aquisição de bens/produtos é levada em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens/produtos.					X
10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.			X		
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.	X				
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica.				X	
Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?	Reuniões e ofícios.				
13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores.	X				
Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?	Carbono zero.				
Considerações Gerais: O aprimoramento das ações sustentáveis tem sido limitadas pelas restrições orçamentárias e burocracia do processo licitatório.					
LEGENDA					
Níveis de Avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.					
(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.					
(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.					
(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.					
(5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

9. GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO

9.1) Gestão de Bens Imóveis de Uso Especial

Quadro A.11.1 - Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2009	EXERCÍCIO 2010
BRASIL	UF AM	3	3
	Manaus	3	3
	Tabatinga		
	Santo Antônio do Içá		
	São Gabriel da Cachoeira		
	UF "n"	Σ	Σ
	município 1		
município 2			

	<i>município "n"</i>		
Subtotal Brasil		3	3
EXTERIOR	PAÍS 1	Σ	Σ
	<i>cidade 1</i>		
	<i>cidade 2</i>		
	<i>cidade "n"</i>		
	PAÍS "n"	Σ	Σ
	<i>cidade 1</i>		
	<i>cidade 2</i>		
	Subtotal Exterior	Σ	Σ
Total (Brasil + Exterior)		3	3

Fonte: SPU

Quadro A.11.2 - Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS PELA UJ	
		EXERCÍCIO 2009	EXERCÍCIO 2010
BRASIL	UF AM	1	1
	<i>Tefé</i>	1	1
	<i>município 2</i>		
	<i>município "n"</i>		
	UF "n"	Σ	Σ
	<i>município 1</i>		
	<i>município 2</i>		
	<i>município "n"</i>		
Subtotal Brasil		1	1
EXTERIOR	PAÍS 1	Σ	Σ
	<i>cidade 1</i>		
	<i>cidade 2</i>		
	<i>cidade "n"</i>		
	PAÍS "n"	Σ	Σ
	<i>cidade 1</i>		
	<i>cidade 2</i>		
	<i>cidade "n"</i>		
Subtotal Exterior		Σ	Σ
Total (Brasil + Exterior)		1	1

Fonte:SELOG.

Quadro A.11.3 - Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa com Manutenção no exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Imóvel	Instalações
200382	0255.00641.500-8	4	3	74.497,54	2005			
200382	0255.00640.500-2	4	3	80.539,89	2005			
200382	0255.00698.500-9	21	2	2.899,570,05	2005			
Total							Σ	Σ

Fonte: SPU.

9.2) Análise Crítica sobre a gestão de imobilizados sob sua responsabilidade

Os bens imóveis sob responsabilidade desta UJ estão em boas condições e em uso, destacando-se a recente conclusão da obra de reforma do prédio principal da Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado do Amazonas. Da mesma forma os imóveis sede dos Postos Avançados de São Gabriel da Cachoeira/AM – recém construído e mobiliado – e Santo Antônio do Içá/AM, tratando-se de imóvel próprio e com mobília adequada.

Houve significativa melhora nos bens destinados à DPF/TBA/AM, mas que ainda carecem de aperfeiçoamento e ampliação. Situações críticas encontram-se no Posto Avançado de Tefé/AM onde o imóvel locado não é adequado as atividades do DPF, e na sede do DEPOM (e CIAPA) no Tarumã-Manaus/AM, onde há planejamento, mas falta recursos, para construção de novas instalações e flutuante.

Estão sendo realizadas gestões no sentido de que sejam atualizados os valores dos bens imóveis sob responsabilidade desta UJ, junto à Secretaria de Patrimônio da União – SPU.

10. GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

10.1) Gestão de Tecnologia da Informação (TI)

Quadro A.12.1 - Gestão de TI da UJ

Questões a serem avaliadas	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Planejamento					
1. Há planejamento institucional em vigor ou existe área que faz o planejamento da UJ como um todo.	X				
2. Há Planejamento Estratégico para a área de TI em vigor.	X				
3. Há comitê que decida sobre a priorização das ações e investimentos de TI para a UJ.	X				
Recursos Humanos de TI					
4. Quantitativo de servidores e de terceirizados atuando na área de TI.	04 SERVIDORES 05 TERCEIRIZADOS				
5. Há carreiras específicas para a área de TI no plano de cargos do Órgão/Entidade.				X	
Segurança da Informação					
6. Existe uma área específica, com responsabilidades definidas, para lidar estrategicamente com segurança da informação.	X				
7. Existe Política de Segurança da Informação (PSI) em vigor que tenha sido instituída mediante documento específico.				X	
Desenvolvimento e Produção de Sistemas					
8. É efetuada avaliação para verificar se os recursos de TI são compatíveis com as necessidades da UJ.	X				
9. O desenvolvimento de sistemas quando feito na UJ segue metodologia definida.				X	
10. É efetuada a gestão de acordos de níveis de serviço das soluções de TI do Órgão/Entidade oferecidas aos seus clientes.	X				
11. Nos contratos celebrados pela UJ é exigido acordo de nível de serviço.			X		
Contratação e Gestão de Bens e Serviços de TI					
12. Nível de participação de terceirização de bens e serviços de TI em relação ao desenvolvimento interno da própria UJ.	Informar o percentual de participação				
12. Na elaboração do projeto básico das contratações de TI são explicitados os benefícios da contratação em termos de resultado para UJ e não somente em termos de TI.				X	

13. O Órgão/Entidade adota processo de trabalho formalizado ou possui área específica de gestão de contratos de bens e serviços de TI.				X	
14. Há transferência de conhecimento para servidores do Órgão/Entidade referente a produtos e serviços de TI terceirizados?				X	
<p><i>Considerações Gerais:</i></p> <p>- Entre os servidores, um é o chefe e os outros três trabalham na área de comunicação, assim, toda a área de informática é terceirizada.</p> <p>- Existe uma Política de Segurança Institucional do DPF que ainda está insipiente nessa SR/DPF/AM.</p> <p>- Não desenvolve-se sistemas nessa SR/DPF/AM, apenas fazemos manutenção sobre a supervisão dos desenvolvedores, mas existe uma Metodologia de Desenvolvimento de Sistemas no DPF.</p>					
<p><u>LEGENDA</u></p> <p><u>Níveis de avaliação:</u></p> <p>(1) Totalmente inválida: Significa que a afirmativa é integralmente NÃO aplicada ao contexto da UJ.</p> <p>(2) Parcialmente inválida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua minoria.</p> <p>(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.</p> <p>(4) Parcialmente válida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua maioria.</p> <p>(5) Totalmente válida: Significa que a afirmativa é integralmente aplicada ao contexto da UJ.</p>					

12. DELIBERAÇÕES EXARADAS EM ACÓRDÃOS DO TCU OU EM RELATÓRIOS DE AUDITORIA DO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO

RESULTADOS E CONCLUSÕES

Principais ações desenvolvidas e os efeitos positivos ou negativos da UJ

O contingenciamento no exercício prejudicou o andamento das ações desenvolvidas pela UJ, na implementação de melhorias das instalações físicas das descentralizadas no interior do Estado, como também a modernização dos equipamentos da UJ como a troca de computadores obsoletos por outros mais modernos

Principais dificuldades encontradas para a realização dos objetivos e as medidas tomadas para mitigá-las

A falta de recursos dificultou sobremaneira o desenvolvimento das ações para a manutenção e investimentos necessários na UJ

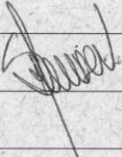
Principais medidas que deverão ser adotadas pela unidade nos exercícios seguintes para corrigir os possíveis desvios dos objetivos traçados no exercício

O provisionamento de recurso necessários para o desenvolvimento e modernização da UJ.

ANEXOS

I - DECLARAÇÃO REFERENTE AO ITEM 7 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107/2010

[Declaração da área responsável atestando que as informações referentes a contratos e convênios ou outros instrumentos congêneres estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010.]

DECLARAÇÃO DO RESPONSÁVEL PELA ÁREA DE CONTRATOS			
DECLARAÇÃO			
Denominação completa (UJ):			Código das UGs:
Superintendência Regional de Polícia Federal no Estado do Amazonas			200382 e 200383
<p>Declaro que as informações referentes a contratos celebrados pela Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado do Amazonas estão disponíveis e atualizados no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG, de acordo com o art. 19 da Lei nº 11.768, de 14 de agosto de 2008.</p> <p>Com relação ao Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, esta Superintendência não firma convênios, contrato de repasse, termo de parceria ou outro instrumento congêneres. Tal atribuição é privativa do Órgão Central do DPF.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Manaus/AM	Data	25 de abril de 2011
Responsável	Augusto César Souza 	Matrícula	11.980

II - INFORMAÇÃO REFERENTE AO ITEM 8 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107/2010

[Informações sobre o cumprimento das obrigações estabelecidas na Lei nº 8.730, de 10 de novembro de 1993, relacionadas à entrega e ao tratamento das declarações de bens e rendas.]

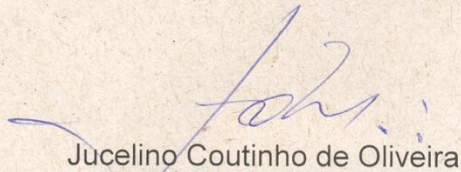


SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ – DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO AMAZONAS
SETOR DE RECURSOS HUMANOS

DECLARAÇÃO

Declaro em cumprimento ao previsto no Artigo 4º, inciso IV da IN/TCU nº 047/2004, que os servidores responsáveis pelas unidades constantes do Rol de Responsáveis das Unidades Gestoras nºs 200382 e 200383 estão em dia com a apresentação da Declaração de Bens e Renda relativa ao exercício de 2010, ano base 2009, na forma da Lei nº 8.730/93.

Manaus-AM, 25 de abril de 2011.


Jucelino Coutinho de Oliveira
Chefe do SRH/SR/DPF/AM
Matricula DPF 11.949

Av. Domingos Jorge Velho nº 40 – D. Pedro II – CEP 69.042-470
Fone: (92) 655.1568 - 1544
Manaus – Amazonas - Brasil

III - INFORMAÇÃO REFERENTE AO ITEM 13 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107/2010

QUADRO A.13.1 – Despesa com Cartão Corporativo por UG e por Portador Valores em r\$ 1,00

Código da UG 1 200382		Limite de utilização da UG:			
Portador	CPF	Limite individual	Valor		Total
			Saque	Fatura	
Antonio Valmir C. Salgado	576.665.472-34	18.000,00	6.300,00	12.286,56	18.586,56
Stefano Garcia Sisti	170.112.588-92	32.000,00	10.320,00	10.878,10	21.198,10
Charles da Silva Nascimento	567.228.933-91	18.000,00	7.700,00	5.478,30	13.178,30
Jean Dias do Nascimento	003.405.647-50	8.000,00		2.871,10	2.871,10
Arelian Monteiro Maia	240.451.442-34	6.000,00	-	4.729,00	4.729,00
Fernando Osterne Ribeiro da Silva	060.787.453-87	26.000,00	26.000,00	-	26.000,00
Angelica de Paula Oliveira	643.467.222-53	27.000,00	11.000,00	5.732,30	16.732,30
Inaldo Guimarães de Andrade	122.704.152-72	12.000,00	2.530,00	8.669,81	11.199,81
Helvio Gavioli do Amaral	487.900.360-34	10.400,00		2.784,00	2.784,00
Simão Barros da Silva Junior	569.277.462-34	19.000,00	2.500,00	598,55	3.098,55
Luis dos Santos Bernardes	449.004.816-53	29.000,00	6.850,00	4.416,42	11.266,42
Angelica de Paula Oliveira	643.467.222-53	25.000,00	25.000,00	-	25.000,00
Andrews Soares Martins	614.070.892-34	16.000,00	4.650,00	2.455,00	7.105,00
Alexandre Verbeno Vargas	055.856.447-00	5.000,00	-	1.080,54	1.084,54
Luiz Gustavo de Souza Goes	010.655.437-94	5.000,00	4.000,00	397,92	4.397,92
Afonso Rebelo de Castro	385.324.412-20	8.000,00		2.374,00	2.374,00
Rafael de Bona Dutra	018.500.729-57	5.000,00	800,00	1.379,26	2.179,26
Charles da Silva Nascimento	567.228.933-91	15.000,00	-	5.069,00	5.069,00
Vitor Moraes Soares	708.741.661-87	5.000,00	1.240,00	2.966,50	4.206,50
Antonio Cleiton Lopes da Silva	576.342.622-34	14.600,00	14.600,00		14.600,00
Luiz Eduardo de Castro Litaiff	600.964.032-68	5.000,00	2.410,00	1.586,44	3.986,44
José Luiz Munhoz Galbetti	261.405.348-10	5.000,00		4.230,81	4.230,81
Total utilizado pela UG			125.900,00	79.983,61	205.883,61

Exercícios	Saque		Fatura		TOTAL(R\$)
	Quantidade	Valor (a)	Quantidade	Valor (b)	(a+b)
2009		279.853,00		132.612,69	412.465,69
2010		125.900,00		79.983,61	205.883,61
2011					

IV - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS RELEVANTES PELA UNIDADE PARA DEMONSTRAR A CONFORMIDADE E O DESEMPENHO DA GESTÃO NO EXERCÍCIO REFERENTE AO ITEM 17 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107/2010

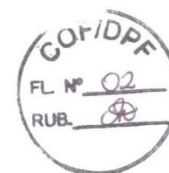
Nada mais a acrescentar.

V - INFORMAÇÕES CONTÁBEIS DA GESTÃO REFERENTE AO ITEM 1 DA PARTE B DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107/2010

**1. DECLARAÇÃO DO CONTADOR RESPONSÁVEL
DECLARAÇÃO PLENA DO CONTADOR**



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
M.J-DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL
COORDENAÇÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS
SERVIÇO DE CONTABILIDADE



DECLARAÇÃO DO CONTADOR	
DECLARAÇÃO PLENA	
Denominação Completa (UJ):	Código da UG:
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO AM - SR/DPF/AM	200382 - 200383
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964), refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>	
Brasília/DF	Data: 09/03/2011
Contador Responsável:	
GLADSTON GUIMARÃES NAVES	CRC nº DF-12534/O-8

VI - PARECER DA AUDITORIA INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS, QUANDO A LEGISLAÇÃO DISPUSER A RESPEITO REFERENTE AO ITEM 5 DA PARTE B DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107/2010

Não se aplica a esta UJ, porém tal item consta neste relatório, em consonância com a Portaria TCU número 277/2010.

VII - DEMONSTRATIVO ANALÍTICO DAS DESPESAS COM AÇÕES DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA, DETALHADO POR PUBLICIDADE INSTITUCIONAL, LEGAL,

MERCADOLÓGICA, DE UTILIDADE PÚBLICA E PATROCÍNIOS, RELACIONANDO DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DOS PROGRAMAS DE TRABALHO UTILIZADOS, VALORES E VIGÊNCIAS DOS CONTRATOS FIRMADOS COM AGÊNCIAS PRESTADORAS DE SERVIÇOS DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA, E OS VALORES E RESPECTIVOS BENEFICIÁRIOS DE PATROCÍNIOS CULTURAIS E ESPORTIVOS REFERENTE AO ITEM 4 DA PARTE C DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107/2010

Não se aplica a esta UJ, porém tal item consta neste relatório, em consonância com a Portaria TCU número 277/2010.

VIII - INFORMAÇÕES SOBRE AS CONTRATAÇÕES DE CONSULTORES NA MODALIDADE “PRODUTO” NO ÂMBITO DOS PROJETOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA COM ORGANISMOS INTERNACIONAIS, NO FORMATO DEFINIDO NA PORTARIA PREVISTA NO ART. 4º, § 3º DA DN TCU Nº 107/2010 REFERENTE AO ITEM 16 DA PARTE C DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107/2010

Não se aplica a esta UJ, porém tal item consta neste relatório, em consonância com a Portaria TCU número 277/2010.

IX - AVALIAÇÃO SOBRE O ANDAMENTO DOS PROJETOS E PROGRAMAS FINANCIADOS COM RECURSOS EXTERNOS, REFERENTE AO ITEM 31 DA PARTE C DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107/2010

Não se aplica a esta UJ, porém tal item consta neste relatório, em consonância com a Portaria TCU número 277/2010.

X - RELAÇÃO DOS PROGRAMAS E AÇÕES DE RESPONSABILIDADE DA UNIDADE REFERENTE AO QUADRO II.C.2 DA PARTE C DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107/2010

Não se aplica a esta UJ, porém tal item consta neste relatório, em consonância com a Portaria TCU número 277/2010.

XI - RELAÇÃO DOS PROGRAMAS DE GOVERNO OU DOS FUNDOS EXECUTADOS QUE NÃO ESTÃO DE RESPONSABILIDADE DA UNIDADE REFERENTE AO QUADRO II.C.3 DA PARTE C DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107/2010

Não se aplica a esta UJ, porém tal item consta neste relatório, em consonância com a Portaria TCU número 277/2010.

XII - DEMONSTRATIVO DO QUANTITATIVO DE TERCEIRIZADOS IRREGULARES NA ADMINISTRAÇÃO DIRETA, AUTÁRQUICA OU FUNDACIONAL (ACÓRDÃO TCU N.º 1.520/2006-PLENÁRIO) REFERENTE AO QUADRO II.C.4 DA PARTE C DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107/2010

Não se aplica, por não haver terceirizados irregulares nesta UJ, porém tal item consta neste relatório, em consonância com a Portaria TCU número 277/2010.

XIII - PROVIDÊNCIAS ADOTADAS PARA SUBSTITUIÇÃO DOS SERVIDORES TERCEIRIZADOS IRREGULARES POR SERVIDORES CONCURSADOS (ACÓRDÃO TCU N.º 1.520/2006-PLENÁRIO) REFERENTE AO QUADRO II.C.5 DA PARTE C DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107/2010

Não se aplica, por não haver terceirizados irregulares nesta UJ, porém tal item consta neste relatório, em consonância com a Portaria TCU número 277/2010.